



DINÂMICA DE GRUPOS PSICOPEDAGÓGICOS

Reflexão sobre o capítulo 1 – “Fundamentos Teóricos”, do livro: “*Como Trabalhamos em Grupos*”; Zimerman, David E. e Osório, Luiz C.; Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

Ao abordar os principais autores que contribuíram para o desenvolvimento das teorias grupalistas, este capítulo pretende fornecer elementos conceituais que, permitam aos interessados, entrar em contato com as principais propostas de abordagem grupal, sem, contudo, esgotar o assunto nem, tampouco, prestar-se ao aprofundamento conceitual. Sua proposta é elaborar um mosaico sobre o desenvolvimento desta área do conhecimento, servindo como um instrumento norteador de pesquisas mais atentas e estudo mais aprofundado sobre o tema.

Começando por citar J. Pratt, os autores abordam sua importante contribuição a partir do desenvolvimento do chamado “método de classes coletivas”; método este que consistia de aula prévia ministrada por Pratt, com espaço aberto a perguntas e livre discussão. O destaque maior deste método se volta para a chamada “função continente” que consistia numa *identificação* do tipo familiar-fraternal que se estabelece entre os componentes do grupo que se auto-ajudam sob a coordenação de um mediador.

Ao citar Freud, os autores mencionam a preocupação que este já demonstrava com a influência do grupo sobre o indivíduo chegando a citar em uma de suas obras que “(...) o êxito que a terapia passa a ter no indivíduo haverá de obtê-la na coletividade” (op. cit., p. 24). Enfatiza também que é através do inconsciente que as leis sociais são transmitidas à sociedade, produzindo a cultura; diz ainda, que os *processos identificatórios* acabam por vincular as pessoas ao grupo através de duas forças antagônico-complementares: coesiva e disruptiva. Por fim, afirma Freud que “a psicologia individual e social não diferem em essência” (op. cit., p. 24).

J. Moreno ao introduzir a “terapia de grupo” instrumentaliza a psicologia de grupo com técnicas do psicodrama.

K. Lewin cunha a expressão “dinâmica de grupo” sob a influência da corrente sociológica; substitui o conceito de “classe” pelo de “campo”; fundamenta seus estudos a partir da análise das majorias e minorias sociais como, p. ex., as judaicas; valoriza a formação de papéis socialmente aceitos e conclui que “(...) qualquer indivíduo, por mais ignorado que seja, faz parte do contexto do seu grupo social, o influencia e é por este fortemente influenciado e modelado.” (op. cit., p. 24)

Já ao mencionar S. H. Foulkes, os autores informam que aquele autor desenvolveu a “psicoterapia psicanalítica de grupo” sob a influência dos princípios



gestálticos. Para Foulkes um grupo se organiza como uma nova identidade levando o facilitador a considerar as interpretações como dirigidas à totalidade do grupo.

Pichon Rivière dedicou-se a área dos grupos operativos partindo do chamado “esquema-conceitual-referencial-operativo (ECRO)” estudando fenômenos grupais operativos voltados para uma tarefa objetiva como, p. ex., ensino/aprendizagem.

W. B. Bion influenciado pelas idéias de Melane Klein, volta sua pesquisa para os campos institucionais. Destacou a concepção de que qualquer grupo se movimenta em dois planos: (1) “grupo de trabalho” – opera no plano consciente voltando-se para execução de tarefas; e, (2) “grupo de pressupostos básicos” – operando a partir do inconsciente alude as pulsões e fantasias. O autor formulou três tipos de supostos básicos: (1) dependência (que exige um líder carismático), (2) luta e fuga (com um líder tirânico)” e (3) apareamento (com um líder místico). Realça que um líder portador de novas idéias sempre se confrontará com o “establishment” no qual se encontra.

A Escola Francesa partindo do conceito de “aparelho psíquico grupal” afirma que o grupo “(...) *está dotado das mesmas instâncias que o psiquismo inconsciente individual, mas não dos mesmos princípios de funcionamento.*” (op. cit., p. 26) Esta afirmação é importante na medida que permite, a partir desta concepção, se pensar grupoterapia adquirindo uma identidade conceitual própria.

Já a Escola Argentina focou seu interesse nos campos familiares, grupais e dos casais a partir de seguimentos como: “psicanálise compartilhada”, de Geraldo Stein; e, “psicanálise das configurações vinculares”, de Janine Puget.

No Brasil a grupoterapia se orienta pela corrente psicanalítica voltando seu interesse para a busca de novas formas de assistência, em diversas e múltiplas áreas, visando desenvolver novos recursos terapêuticos.

Deste modo, os autores fornecem um painel objetivo, porém enriquecedor dos progressos que vem sendo alcançados pela terapia de grupo.

Outro ponto abordado pelos autores é o que chamam de “conceituação de grupo” no qual discutem a importância do inter-relacionamento grupal que contribui para o desenvolvimento de uma identidade singular. Esta elaboração psicológica parte da premissa de que todo indivíduo, ao longo de sua existência, convive de forma grupal – familiar, escolar, profissional, social, esportiva, associativa, religiosa, etc., num constante ato de interação. Assim sendo, o indivíduo se define a partir de uma essência que se constrói com base em:

“(...) um conjunto de sistemas: desejos, identificações, valores, capacidades, mecanismos defensivos e, sobretudo, necessidades básicas, como a da dependência e a de ser reconhecido pelos outros, com os quais ele é compelido a conviver. Assim como o mundo interior e o exterior são a continuidade um do outro, da mesma forma o individual e o social não existem separadamente, pelo contrário, eles se diluem, interpenetram, complementam e confundem entre si.” (op. cit., p. 27)

Partindo desta análise, é plausível refletir sobre o fato de que um indivíduo trás em si um conjunto de experiências grupais, que foram amalhadas no curso de suas interações e que o defini em meio a um contexto existencial onde se encontram



elementos do indivíduo – enquanto ser único, capaz de criar e modificar seu ambiente sócio-cultural, e, elementos grupais – que estão inseridos no próprio indivíduo sob a forma de crenças, valores e experiências interacionais como nos afirma os autores ao dizer que:

“(...) todo indivíduo é um grupo (na medida em que, no seu mundo interno, um grupo de personagens introjetados, como pais, irmãos, etc., convive e interage entre si), da mesma maneira que todo o grupo pode comportar-se como uma individualidade (inclusive podendo adquirir a uniformidade de uma caracterologia específica e típica, o que nos leva muitas vezes a referir determinado grupo como sendo ‘um grupo obsessivo’, ou ‘atuador’, (...))” (op. cit., p. 27)).

Os autores, reconhecendo a existência de vários tipos de grupos, propõem uma subdivisão entre eles por entenderem que é necessário uma compreensão dos fatores macro-sociais e micro-sociais na formação, manifestação e caracterização das estruturas grupais. Consideram “grande grupo” como área de abrangência da macro-sociologia e “pequenos grupos”, da micropsicologia, porém ressaltam que “(...) em linhas gerais, os microgrupos (...) costumam reproduzir, em miniatura, as características sócio-econômico-políticas e a dinâmica psicológica dos grandes grupos.” (op. cit., p. 27) Ainda fazem uma consideração no tocante a outra subdivisão que se dá entre o que chamam de “grupo propriamente dito” e “agrupamento” considerando este como “(...) um conjunto de pessoas que convive partilhando do mesmo espaço e que guardam entre si uma certa valência de inter-relacionamento e uma potencialidade (...)” (op. cit., p. 28); e àquele, como um conjunto de pessoas que “(...) estão próximas, mas como não se conhecem e não estão interagindo (...)” (op. cit., p. 26) não se voltam para um interesse em comum. Os autores definem esta diferença de forma muito elucidativa quando afirmam que “(...) a passagem da condição de um agrupamento para a de um grupo consiste na transformação de ‘interesses comuns’ para a de ‘interesses em comum.’” (op. cit., p. 28) Ao finalizar esta abordagem, os autores enumeram parâmetros que entendem ser característicos para a constituição de um “grupo propriamente dito”, são eles: (1) um grupo se caracteriza por ser uma nova entidade com leis e mecanismos próprios e específicos; (2) os componentes se voltam para um interesse (objetivo) em comum; (3) o tamanho não pode exceder o limite que ponha em risco o vínculo visual, auditivo e conceitual; (4) deve levar em conta a preservação do seu espaço físico (o local onde se reúnem), o tempo do qual se utilizam e considerar a combinação de regras de conduta; (5) deve se comportar como uma totalidade; (6) preservar e respeitar as identidades individuais dos componentes; (7) coexistir duas forças contraditórias: coesiva e disruptiva; (8) se processar em dois planos: “intencionalidade consciente” (grupo de trabalho) e “interferência de fatores inconscientes” (grupo de supostos básicos [operativos]); (9) interação afetiva entre os membros; (10) hierárquica distribuição de posições e papéis; e, (11) formação de um “campo grupal dinâmico” (onde existem fantasias, defesas, ansiedades, funções, transferências, etc.). (p. 28)



Ao finalizar este capítulo, os autores abordam o que nomeiam como “campo grupal (dinâmico)” que é definido como uma estrutura que vai além da soma de seus componentes, resultando de elementos tanto intra como intersubjetivos que se articulam entre si produzindo uma repercussão sobre a totalidade. Os aspectos relevantes, no que concerne a este “campo grupal”, são enumerados como sendo: (1) permanente interação oscilatória entre “grupo de trabalho” e “grupo de supostos básicos (operativos)”; (2) presença, manifesta ou oculta, de “pulsões” sob a forma de necessidades, desejos, demandas, inveja, ideais...; (3) presença de “ansiedades” e “frustrações” como resultado de conflitos internos e externos, respectivamente; (4) desenvolvimento de “mecanismos defensivos” de caráter “primitivo” (negação, onipotência, projeção...) e “bem elaborados” (repressão, formação reativa, isolamento, deslocamento...) para contrarrestar às situações anteriores; (5) elementos formadores do senso de identidade como as “identificações”; (6) as “comunicações”, por permitirem a integração; (7) o “desempenho de papéis” como fonte de observação e manejo, de percepção da vinculação; (8) a “ressonância” que consiste na repercussão que a comunicação de um membro do grupo produz sobre o outro membro (de forma afetiva ou repulsiva); (9) a “galeria de espelhos” contribuindo para se perceber como um membro pode refletir “o outro” e “no outro” discriminando, afirmando e consolidando sua identidade; (10) a “função continente” exercida por um grupo onde já exista uma identidade coletiva que ofereça aos seus componentes o sentido de segurança e cooperação; (11) os aspectos “micropsicológicos” que enfatizam as relações do indivíduo com os diversos grupos com os quais convivem e os “macrosociais” relacionando o sujeito com a cultura onde está inserido (“modo de agir” e “natureza do reagir”); e, (12) a consideração de que a teoria sem técnica caminha para uma prática abstrata, e o contrário, culmina num agir meramente intuitivo e passional. (p. 29)

Deste modo, os autores convidam os interessados a uma análise mais abrangente da importância dos grupos na consolidação da identidade individual partindo de uma orientação coletiva (grupal). Demonstram ainda que ao avaliar o indivíduo, suas aspirações e dificuldades o coordenador de grupos (educadores, treinadores, facilitadores, ...) não podem prescindir da história pregressa do sujeito em questão sob pena de formar um julgamento preconceituoso e limitado do sujeito que se encontra em processo de aquisição do conhecimento, uma vez que a construção do ser cognitivo está profundamente vinculada às experiências vivenciadas tanto a nível individual quanto coletiva.

Reflexão sobre o capítulo 3 – “Atributos desejáveis para um coordenador de grupo”, do livro: “*Como Trabalhamos em Grupos*”; Zimerman, David E. e Osório, Luiz C.; Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

Os autores iniciam este capítulo enfatizando a importância do coordenador de grupo na evolução, condução e aquisição do conhecimento por parte daqueles que estão sob sua orientação. Destacam o papel importante do coordenador como sendo um “referencial” para o grupo, um “espelho” que não só reflete as aspirações do próprio grupo como também permite a elaboração de uma imagem de ideal a ser alcançado pelos mesmos. “Contendo” os recursos, as angústias e os valores pretensos pelo grupo, o coordenador é capaz de absorver os conflitos, identificar as tendências e conduzir, a



partir destes referenciais, os aprendizes a um processo de transformação de suas expectativas em valores e metas capazes de aprimorar o comportamento suscitando a reflexão contínua e criteriosa.

Para tanto, estabelecem um esquema que nomeiam como “propósito-didático” cujo objetivo é evidenciar parâmetros desejáveis a um coordenador de grupo. Deste modo, os enumera e conceitua da seguinte forma:

1. Gostar e acreditar em grupos – *per si* o subtítulo se defini, sob o risco de, caso isso não ocorra, se trabalhar com desgaste pessoal prejudicando o desempenho;

2. Amor às verdades – por ser este “(...) *o caminho régio para a confiança, a criatividade e a liberdade.*” (op. cit., p. 42) Entendendo-se por “verdade” o fato de ser o coordenador “verdadeiro” com seus propósitos e atitudes, pois, caso contrário, incorrerá no prejuízo de ser um representante e um modelo de identificação para o grupo. Esta verdade está profundamente vinculada ao conceito de ética que contribui para formação de um ambiente franco e leal.

3. Coerência – *per si* o subtítulo se defini, a incoerência se presta ao desenvolvimento de um estado confusional que inviabiliza a formação de um núcleo de confiança e segurança. Para que exista confiança é preciso que as atitudes do coordenador validem seu discurso.

4. Senso de ética – se baseia na observação de que o coordenador “(...) *não tem o direito de invadir o espaço mental dos outros, (...) pelo contrário, ele [o coordenador] deve proporcionar um alargamento do espaço interior e exterior de cada um deles, através de um senso de liberdade de todos, (...)*” (op. cit., p. 42-43). Também cabe ao coordenador manter sigilo de informações que venham a ser-lhe confiadas, sob a pena de estar faltando com a ética.

5. Respeito – entendendo respeito como a capacidade de voltar o olhar para as pessoas com as quais se está em íntima integração objetivando evidenciar novas perspectivas, em conformidade com a origem da palavra (cf. suas raízes: *re* [de novo] + *spectore* [olhar]); estabelecer uma “distância ótima” para que sejam percebidas as limitações e falhas, a partir de uma compreensão dos ritmos, e, paciência com as inibições dos componentes do grupo.

6. Paciência – entendida como uma “atitude ativa” permitindo aos componentes do grupo tempo necessário para que superem as ansiedades e adquiram confiança mútua (grupo-coordenador e grupo-componentes).

7. Continente – cunhada por BION, originalmente referia-se ao papel desempenhado pela mãe de acolher e conter as necessidades e angústias do filho, para no processo de desenvolvimento da maturidade deste contribuir compreendendo, dando sentido e significado aos conteúdos infantis para proporcionar um amadurecimento no ritmo adequado à capacidade do ser em crescimento. Este papel tem três importâncias: (1) conter os fatores emocionais emergentes, (2) possibilitar aos participantes do grupo aprender a conter suas próprias emoções, e (3) “*permitir o exercício das capacidades do ego (perceber, pensar, conhecer, discriminar, juízo crítico)*”, nominada por BION como “função Alfa” (op. cit., p. 44).

8. Capacidade negativa – capacidade de um coordenador de conter suas próprias angústias.

9. Função do ego auxiliar - disponibilidade do coordenador para emprestar seu ego aos que ainda não desenvolveram suas funções egóicas (pensamento, discriminação e comunicação).



10. Função de pensar – capacidade de “(...) *perceber se os participantes sabem pensar as idéias, os sentimentos e as posições que são verbalizadas, (...)*” (op. cit., p. 44). Ao coordenador cabe desenvolver nos participantes o atributo de pensar suas próprias experiências emocionais o que implica em desenvolver habilidade para ouvir o outro, assumir responsabilidades, estabelecer confrontos e correlações, e sentir liberdade para pensar.

11. Discriminação – capacidade de estabelecer diferenciação entre o que é próprio do sujeito e o que ao outro pertence, entre as dualidades: interno/externo, síntese/análise, real/imaginário, etc., “(...) *sob o risco [caso isso não seja desenvolvido] do grupo cair em uma confusão de papéis e de responsabilidades.*” (op. cit., p. 45)

12. Comunicação - atentar tanto para o conteúdo como para a forma a fim de possibilitar a determinação de um sentido e uma significação às palavras proporcionando a estruturação mental adequada lembrando que a comunicação se dá também de forma não-verbal.

13. Traços caracterológicos – conhecimento, por parte do coordenador, dos seus valores, virtudes e limites, idiossincrasias predominantes para evitar um discurso e um comportamento ilusório, sedutor que se preste à dominação, o que impediria a abertura à reflexão.

14. Modelo de identificação – entendendo que todos os grupos acabam por exercer uma função psicoterápica, o papel do coordenador acaba por influenciar a maneira como o grupo passa a “(...) *enfrentar as dificuldades, pensar os problemas, estabelece limites, discrimina (...) diferentes situações, maneja (...) verdades, usa o verbo, sintetiza, integra e dá coesão ao grupo.*”

15. Empatia - se defini como sendo a sintonia emocional entre o coordenador e o grupo. Conforme suas raízes (*em* [dentro de] + *pathos* [sofrimento]), empatia implica no atributo do coordenador saber se colocar no lugar do outro para daí apreender suas particularidades e propor novas elaborações.

16. Síntese e integração – o primeiro deve ser compreendido como sendo a capacidade de extrair um ponto de comunhão das comunicações unificando e centralizando os conhecimentos, possibilitando a convergências de possibilidades opostas e aparentemente contraditórias. Os autores chamam a atenção para diferença que existe entre síntese e junção ao dizerem que: “(...) *síntese consiste em fazer uma totalidade, (...) juntar consiste em fazer uma nova ligação, (...)*” (op. cit., p. 47). Já integração consiste na capacidade de “(...) *juntar aspectos de cada um e de todos, que estão dissociados e projetados (...), assim como (...) aspectos que estão confusos (...)*” para que recebam a devida discriminação. No entanto, isto só é possível a partir do momento em que se aprende a “aprender” com as experiências emocionais proporcionadas através das inter-relações grupais. Porém para que seja possível a inter-relação é fundamental a existência de uma ambientação que permita a manifestação de expressões como “(...) *liberdade para fantasiar, desejar, a sentir, pensar, dizer, sofrer, gozar e estar junto com os outros.*” (op. cit., p. 47)

Por fim, os autores ressaltam que um importante “critério de crescimento mental” pode ser estabelecido a partir da observação dos participantes frente a uma situação de dificuldade maior onde poderá ser avaliado o (1) grau de reconhecimento de seus aspectos frágeis, (2) suas capacidades de lidar com a angústia, (3) solicitar e (4) aceitar ajuda de outros.



Deste modo, os parâmetros acima têm por finalidade nortear os coordenadores no sentido de buscar o fortalecimento de características que já possuem e desenvolver as que ainda não se manifestaram, no entanto, isto não fecha a questão. Os parâmetros aqui relacionados configuram uma base mais sólida da tentativa de se estabelecer um ponto de partida à reflexão dos aspectos relevantes ao desenvolvimento e aprimoramento de um coordenador e da importante responsabilidade da qual este está investido.

Dr. Maurício Aranha - Médico pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Especialista em Neurociência e Saúde Mental pelo Instituto de Neurociências y Salud Mental da Universidade da Catalunya; Pesquisador do Núcleo de Psicologia e Comportamento do Instituto de Ciências Cognitivas. E-mail: dr_mauricioaranha@yahoo.com.br